


# MÁS NOTÍCIAS: A COBERTURA DO JORNAL ESTADO DE MINAS E A IMAGEM PÚBLICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE

View metadata, citation and similar papers at [core.ac.uk](http://core.ac.uk)

brought to you by  CORE

provided by Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR (Universidade Federal do Paraná)

Mário Fuks

## RESUMO

*O artigo examina a cobertura do jornal Estado de Minas sobre a Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A seguinte indagação organiza o texto: teria a consolidação de um amplo projeto de inovação institucional, voltado para a democratização e modernização, contribuído para a criação de um contexto favorável à veiculação de uma imagem pública positiva da ALMG. Argumentamos que fatores adversos impediram a criação, na 14ª Legislatura, de tal contexto, entre os quais destacamos alguns: 1) a lógica dual da ALMG, ativa e inovadora em seu modelo institucional, mas mantendo os vícios tradicionais do padrão brasileiro de comportamento parlamentar; 2) o desenvolvimento institucional da ALMG, por fazer parte da rotina da instituição, não gerou eventos noticiáveis; 3) a prevalência de atitudes negativas dos profissionais da mídia e do grande público mineiro em relação aos atores e instituições políticas como um todo indiferenciado, impedindo, mesmo, uma visão da Assembléia enquanto uma arena distinta da soma dos deputados estaduais; 4) a diminuição da presença da ALMG na cobertura política, com a mudança, a partir do ano 2000, na linha editorial do Estado de Minas Gerais. Concluímos que os meios de comunicação vêm, ao mesmo tempo, aperfeiçoando-se na promoção de um ambiente informacional favorável ao controle dos representados sobre os representantes e deteriorando-se, no sentido de uma “pior informação sobre o bom desempenho” das instituições políticas.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *comunicação política; imagem pública; inovação institucional.*

## I. INTRODUÇÃO

Um dos temas que tem merecido atenção, na Ciência Política, desde a obra seminal de Downs (1999), é o da relação entre democracia e informação. Nesta tradição, o tema tem sido desenvolvido por duas principais orientações normativas: 1) a responsabilidade dos meios de comunicação em proporcionar um denso ambiente informacional, contribuindo para a qualidade do processo decisório e para o exercício da *accountability*; 2) o tratamento desigual que a mídia confere aos diversos atores e notícias, estas entendidas como o “resultado de atividades” (SCHOENFELD, MEIER, & GRIFFIN, 1979, p. 51) orientadas pelo propósito de definir as “ocorrências” que assumirão a forma de eventos públicos (MOLOTCH & LESTER, 1975, p. 236).

As duas perspectivas situam-se no debate a respeito do papel da mídia no regime democrático, esteja ele associado à criação de condições favoráveis ao pluralismo ou à decisão bem infor-

mada (DAHL, 1997; NORRIS, 2000a; ARNOLD, 2004).

Esse debate não considera, além da disponibilidade, o tipo de informação veiculada. Ou seja, a existência de informação pode contribuir não apenas para que haja uma democracia saudável; ela pode igualmente favorecer, na proporção do seu volume, a apatia e desinformação política e, no limite, a perda de legitimidade das instituições políticas<sup>1</sup>.

Tal questão está presente na atual controvérsia em torno da relação entre os meios de comunicação e o comportamento político. Power e Jamison (2005) oferecem um bom resumo deste panorama: “Alguns estudiosos sustentam que a desconfiança nos políticos é uma função da informação (LAU, 1982; NYE, ZELIKOW & KING,

---

<sup>1</sup> Para uma extensa revisão do tema, ver Norris (2000a; 2000b).

1997). Esta abordagem enfatiza que os cidadãos obtêm suas informações sobre os políticos e a política pelos meios de comunicação de massa, em particular a televisão, e, uma vez que esta é acusada de ‘viés negativo nas percepções políticas’, um aumento da exposição à televisão aumentará a desconfiança nos políticos (LISTHAUG, 1995, p. 265). Putnam (2000) vai além, afirmando que a televisão é responsável por uma erosão generalizada de todas as formas de confiança, tanto política como interpessoal. No entanto, Norris (2000a) contesta essa afirmação com dados do WVS [World Values Survey] e do National Election Studies que comparam a Inglaterra e os Estados Unidos. Ela sustenta que ‘os efeitos negativos de curto prazo de assistir aos noticiários da tevê têm sido muito exagerados’ e que níveis crescentes de exposição à mídia podem ser ‘benéficos ao engajamento cívico’ e à confiança política’ (POWER & JAMISON, 2005, p. 69).

É nessa tensão entre os papéis esperados e os de fato desempenhados pelos meios de comunicação na vida democrática que se situa o presente trabalho<sup>2</sup>. Mas, nos termos em que tem sido abordado, seja ele entendido como instrumento de controle sobre os representantes e instituições políticas, seja visto como responsável pela erosão dos fundamentos da vida democrática, o debate a respeito do papel desempenhado pelo jornalismo político fica restrito aos eventuais efeitos das “más notícias”. O que fica à margem de toda essa discussão é o papel da mídia na veiculação das “boas notícias” associadas a eventos que ocorrem no mundo da política.

Partimos do entendimento de que não há, necessariamente, contradição entre, de um lado, os meios de comunicação contribuírem de forma exemplar para a criação de um ambiente informacional favorável ao controle dos representados sobre os representantes e, de outro, não

desempenharem o papel igualmente relevante de tornar públicas as *ocorrências* positivas sediadas nas instituições políticas.

Esse parece ser o caso da mídia brasileira, aqui ilustrada pela cobertura do *Estado de Minas*, que vem aperfeiçoando-se no que diz respeito à “melhor informação a respeito do mau desempenho” dos políticos e das instituições políticas e, ao mesmo tempo, produzindo uma “pior informação sobre o bom desempenho” (PUTNAM, PHARR, & DALTON, 2000, p. 23).

A 14ª Legislatura da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) constitui-se como um caso ideal para testar tal hipótese, pois, nesse período, ela, de um lado, foi palco de um dos maiores escândalos políticos que assolaram os legislativos estaduais no Brasil, e, de outro, ela deu continuidade a um projeto substantivo de inovação institucional iniciado no começo da década de 1990.

Nesse sentido, uma avaliação do desempenho da Assembléia deveria indicar uma “competição” entre eventos negativos e positivos, com o comportamento dos parlamentares contrapondo-se às iniciativas institucionais no sentido de modernizar e de democratizar a ALMG. Mas, os dados do nosso estudo não revelam a existência de concorrência: os eventos de natureza negativa ocuparam lugar de destaque, enquanto as ocorrências geradoras de boas notícias tiveram, se muito, presença discreta na cobertura do jornal *Estado de Minas*.

O viés negativo da cobertura explica-se, em alguma medida, pelos critérios de “noticiabilidade”, os quais orientam a decisão sobre o que deve ser publicado. Seguindo esses critérios, o escândalo político situa-se no topo das prioridades, enquanto o debate sobre um assunto substantivo da política pública estadual é visto apenas como “rotina” legislativa. Mas, em nosso estudo, o preconceito ou preconceito dos jornalistas em relação ao mundo da política, o comportamento parlamentar, a mudança da linha editorial e o caráter contagioso da má notícia também se mostraram decisivos na definição do padrão da cobertura.

A primeira seção do artigo apresenta, de forma sintética, as mudanças institucionais pela quais passou a ALMG ao longo da década de 1990. Embora a natureza do texto seja descritiva, com o objetivo de familiarizar o leitor, essa seção é a que

<sup>2</sup> Apresentamos aqui os resultados parciais da pesquisa “Mudança Institucional e Cultura Política: uma Análise da Imagem Pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Além do autor deste trabalho, os seguintes assistentes de pesquisa participaram dessa fase da pesquisa: Cinthia Barros dos Santos, Fabrício Fialho, Denise Bárbara de Sousa, Ramiro Queiroz, Renato Francisquini, Mariah Lança de Queiroz Casséte e Vinícius Baptista Soares Lopes.

justifica a proposta do artigo. Pois, se não fosse pela excepcionalidade do desenvolvimento institucional da ALMG, não teria sentido a argumentação aqui apresentada, de que, mesmo um projeto consistente e contínuo de inovação institucional não é capaz de criar condições para a mudança no padrão predominante das mensagens políticas produzidas pela mídia comercial.

A segunda seção trata do padrão da cobertura do *Estado de Minas*. Nele, tentamos oferecer uma visão geral da cobertura, com ênfase nos aspectos qualitativos que retratam a ALMG de forma mais positiva ou negativa. Além disso, segmentamos a cobertura por períodos, tentando dar conta da mudança na linha editorial do jornal.

O artigo pretende oferecer uma análise do padrão da cobertura a partir do contexto em que as mensagens são produzidas. Na 14ª Legislatura, esse contexto foi constituído, principalmente, por dois elementos-chave que, por sua vez, organizam a terceira seção do texto.

O primeiro é a ampla reforma que, neste período (1998-2002), estava em curso no jornal *Estado de Minas*, a partir do projeto de transformar o perfil do jornal, tornando-o um veículo de caráter nacional. O segundo deles é o escândalo dos mega-salários, não apenas pelo fato dele estender-se por um longo período e consumir um bom tempo das atividades parlamentares, mas também por ocupar a atenção pública e mobilizar estratégias de comunicação por parte da ALMG.

Os efeitos da cobertura da 14ª Legislatura são sugeridos, na última seção do artigo, pela alta taxa de renovação parlamentar, pela evolução, no tempo, dos gastos em publicidade da ALMG e pelas mudanças das atitudes dos mineiros em relação à ALMG.

## II. O CONTEXTO INSTITUCIONAL

A temática da imagem pública tem sido recorrente nos estudos mais recentes sobre comunicação política e comportamento eleitoral, favorecida pelo consenso a respeito do fortalecimento do comportamento político personalista. No entanto, nesse campo de estudo, pouco se tem falado a respeito da imagem das instituições políticas. Tal questão tem sido deixada para os estudos sobre cultura política (ALMOND & VERBA, 1963; 1989; PUTNAM 1996; NORRIS, 1999; PHARR & PUTNAM, 2000).

Este artigo situa-se neste ponto de encontro entre os estudos sobre comunicação e cultura política, tendo como tema o papel da mídia na construção da imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. No caso da ALMG, o ambiente informacional mais substantivo reduz-se à cobertura da mídia impressa e às mensagens produzidas pela própria instituição. Aliás, essas duas principais fontes de informação sobre a ALMG interagem entre si, a tal ponto que algumas decisões estratégicas da área de comunicação da Assembleia tiveram como motivação fazer frente às mensagens sobre ela veiculadas nos jornais e, com isso, exercer maior controle sobre a construção de sua imagem pública.

O contexto que motivou a ALMG a competir pelo controle sobre a construção de sua imagem pública é constituído por um ambicioso projeto de inovação institucional, responsável pelo lugar de destaque que ela, hoje, ocupa no cenário dos legislativos subnacionais, no Brasil.

No início da década de 1990, a ALMG criou um conjunto de eventos institucionais visando promover uma interlocução contínua e substantiva com a sociedade mineira (ANASTASIA, 2001). Com tal objetivo, foram concebidos os ciclos de debates, as audiências públicas regionais, os seminários legislativos e os fóruns técnicos, sendo que os dois últimos culminam na elaboração de projetos de Lei.

Com o tempo, a interação entre a ALMG e a sociedade mineira assumiu novas formas. Basta, aqui, mencionar duas que se destacaram. Em 2003, foi instituída a Comissão Permanente de Participação Popular, que, entre outras atribuições, acolhe as iniciativas legislativas de entidades da sociedade civil e encaminha essas demandas para a tramitação legislativa. Neste mesmo ano, a Comissão implementou a audiência pública do Plano Plurianual de Ação Governamental, abrindo a possibilidade para setores da sociedade civil discutir a proposta do poder Executivo, sugerir alterações, fazer novas propostas e acompanhar a execução do planejamento aprovado.

Além da democratização da instituição, tornando-a mais permeável à presença e participação da sociedade civil na produção legislativa, a ALMG também investiu sistematicamente em sua modernização e profissionalização. Em 1992, a Assembleia mineira criou a primeira Escola do Legislativo

do país, oferecendo formação e qualificação profissional para o seu corpo técnico (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 1999), além de desenvolver uma série de atividades pedagógicas no sentido de fomentar a “educação para a cidadania” (ASSIS, 1997).

A separação entre corpo técnico e política é, certamente, um dos marcos desse processo. Já em 1987, a Deliberação da Mesa n. 342/87 limita a lotação de servidor efetivo em gabinete parlamentar (*idem*, 2002), e, em 1990, por meio da resolução n. 5 086/90, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais estabeleceu que, além de concursado, o seu corpo técnico serviria, exclusivamente, a estrutura administrativa da Casa.

Outro esforço pioneiro foi a informatização da Assembléia, iniciado em 1979, por meio de convênio estabelecido com o Prodasen (DULCI & FARRIA, 2005), e consolidado com a disponibilização de todos os atos legislativos, desde os projetos de leis aos anais da ALMG, no site da Assembléia.

O conjunto dessas inovações colocou a ALMG, no decorrer da década de 1990, na vanguarda dos legislativos estaduais brasileiros. Mas, considerando que inovações institucionais não geram, automaticamente, mudanças nas atitudes políticas dos cidadãos, a aproximação mais efetiva da ALMG com a sociedade mineira dependeria ainda de um conjunto de ações na área de comunicação, capaz de promover uma imagem mais positiva da instituição.

Não por acaso, desde o início, o projeto de inovação institucional reservou um lugar especial para o setor de comunicação da ALMG. Também não foi por mera coincidência que, em 1990, a ALMG contrata a empresa de consultoria Lélío Fabiano & Associados para a realização do Planejamento Estratégico de Comunicação Social da Assembléia.

Paralelamente às novidades institucionais introduzidas na década de 1990, a ALMG desenvolveu uma série de estratégias de comunicação no sentido de fazer aquilo que, no seu entendimento, os meios de comunicação deixavam de fazer: tornar a instituição e suas atividades mais conhecidas do público mineiro, em especial aquelas informações mais favoráveis a ela.

Há, portanto, uma lógica dual na ALMG. De um lado, o comportamento dos deputados, que não se distingue dos demais legislativos estaduais e, de outro, uma instituição política que vem in-

vestindo, de forma contínua e consistente, na interlocução com o público externo e no seu desenvolvimento institucional.

Será que tais inovações transparecem na cobertura da 14ª Legislatura da realizada pelo jornal *Estado de Minas*? E quais são os efeitos desta cobertura sobre a imagem pública da ALMG? São essas as questões que pretendemos analisar neste artigo.

### III. VISÃO GERAL DA COBERTURA<sup>3</sup>

Uma análise preliminar da cobertura da Assembléia Legislativa de Minas Gerais realizada pelo jornal *Estado de Minas* revela um padrão já conhecido na cobertura política brasileira<sup>4</sup>: a baixa visibilidade da política, a prevalência das reportagens, um número maior de matérias que retratam os atores e as instituições políticas de forma negativa do que positiva e o predomínio absoluto das matérias “neutras” e do enquadramento episódico, sendo as matérias informativas mais positivas do que as opinativas.

No período investigado, a ALMG foi assunto de, em média, cinco matérias por dia. Comparando com a cobertura das eleições para a prefeitura de Belo Horizonte, em 2000 (em média, seis matérias, no segundo turno), o número de matérias sobre o poder Legislativo estadual está bem acima do esperado num contexto não eleitoral<sup>5</sup>. Fica,

<sup>3</sup> A análise apresentada neste artigo cobre o período que vai de 1 de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2002, tendo como fonte o jornal *Estado de Minas*. O banco de dados foi construído a partir de uma amostra aleatória, selecionando 269 dias, somando um total de 2 212 matérias. De acordo com o critério de seleção adotado, incluímos as matérias que citam a instituição ou um dos deputados estaduais. Mais especificamente, foram selecionadas as matérias que continham, ao menos, uma das seguintes palavras: “deputado”, “deputada”, “legislativo”, “legislativa” e “assembléia”.

<sup>4</sup> Para uma visão geral dessa literatura, ver Carvalho (2003).

<sup>5</sup> No entanto, ao longo da 14ª Legislatura, a cobertura dos deputados estaduais e da ALMG ocupou, em média, oito décimos de página diária, enquanto a cobertura do segundo turno da campanha eleitoral rendeu 2,2 páginas por dia (CAMARGOS & OLIVEIRA, 2003). O tamanho médio das matérias aponta para a mesma direção: ela é bem maior na cobertura eleitoral (337 cm<sup>2</sup>), se comparado com a cobertura da 14ª Legislatura (193 cm<sup>2</sup>). Na cobertura desta, dois terços das matérias não ultrapassam um oitavo de páginas e 86% não vão além de um quarto de página.

portanto, a impressão geral de que a ALMG e os deputados estaduais mineiros tiveram presença perceptível nas páginas do jornal *Estado de Minas* entre 1989 e 2002.

Veremos, mais adiante, que essa presença não está distribuída de forma homogênea ao longo da Legislatura, concentrando-se na época em que o *Estado de Minas* ainda era um jornal de perfil regional. Por hora, queremos chamar a atenção para o fato de que o volume da cobertura não pode ser tomado como parâmetro absoluto na análise da presença da ALMG no *Estado de Minas*. Uma tendência no sentido inverso verifica-se em aspectos qualitativos da atenção que o jornal confere à Assembleia. Tomando como referência a visibilidade da ALMG no interior de cada matéria, ela é tema central de apenas um quarto das matérias em que aparece (Quadro 1).

QUADRO 1 – LEGISLATIVO COMO TEMA CENTRAL DA MATÉRIA

	N	%
O Legislativo estadual é o tema central da matéria	48	24,8
O Legislativo estadual é um dos temas da matéria	773	34,9
O Legislativo estadual pega carona na matéria	891	40,3
Total	2 212	100,0

FONTE: Grupo de Pesquisa Mudança Institucional e Cultura Política (2010).

Parte significativa da cobertura faz apenas uma ligeira referência (“pega carona”) à ALMG. Isso qualifica a nossa análise: o volume da cobertura substantiva sobre a ALMG é bem menor do que o volume total das matérias que fazem referência à ALMG ou aos deputados estaduais. Tendo em vista o tema deste artigo, é também importante saber em que medida a ALMG, em comparação com os deputados, é o foco dominante das matérias. Se considerarmos apenas as matérias em que prevalece uma abordagem institucional, excluindo, portanto, aquelas cujo foco dominante é o Deputado, o volume da cobertura é reduzido à 39% da nossa amostra.

A distribuição por temas na cobertura da 14ª Legislatura da Assembleia é reveladora. Chama a atenção o peso das matérias que tratam da atividade-fim do legislativo na cobertura da ALMG. A produção legislativa, na área das políticas públi-

cas, é tema de, praticamente, um terço de toda a cobertura da 14ª Legislatura. Temas de natureza política, envolvendo questões partidárias e a relação entre o Legislativo e os demais poderes, ocupam 37% da cobertura. Assuntos de menor importância, tais como solenidades, a vida social dos deputados e leis que concedem título de utilidade pública ou nome de logradouros públicos, têm presença discreta no *Estado de Minas*, ocupando apenas 10% da cobertura.

A ênfase na cobertura da produção legislativa pode também ser verificada na distribuição das matérias por tipo de atividade parlamentar. Das matérias que tratam das atividades dos deputados, dois terços têm como foco a atividade em plenário, o trabalho em comissão ou o posicionamento dos deputados em relação a uma determinada lei.

No entanto, a ênfase em temas substantivos não é acompanhada de uma cobertura apoiada na discussão, de forma a oferecer quadros interpretativos aos acontecimentos (DOWNS, 1999; ARNOLD, 2004). São raros os casos (2,6%) em que a matéria sobre a ALMG oferece um “enquadramento temático” (IYENGAR, 1994), ultrapassando o registro factual da reportagem.

O que esta apreciação sintética da cobertura realizada pelo jornal *Estado de Minas* sobre a ALMG permite-nos concluir? Primeiro, que o jornal parece ser relativamente “generoso” na quantidade de matérias dedicadas aos deputados e à instituição legislativa estadual. O mesmo não pode ser dito em relação à importância concedida à ALMG nas matérias em que ela aparece. Ela está longe de ser o tema dominante destas matérias e tem menor visibilidade do que os deputados. Quanto à temática da cobertura, prevalecem temas substantivos, mas retratados de forma descritiva, o que não a diferencia do padrão encontrado em outros estudos sobre cobertura política.

#### IV. O CONTEXTO E O PADRÃO DA COBERTURA

Entre fevereiro de 1999 e janeiro de 2003, a ALMG foi palco de uma série de acontecimentos capazes de captar a atenção pública. Não faltaram, neste período, eventos marcantes que tiraram a Assembleia de sua rotina. Afinal de contas, na 14ª Legislatura foram diversos os episódios envolvendo a relação tensa entre a Assembleia e o

Governador Itamar Franco. Além dos vetos, derubadas de vetos, rompimentos de partidos e deputados aliados, não faltou uma questão emblemática capaz de unificar e conferir visibilidade à 14ª Legislatura: a privatização da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). A Cemig esteve na agenda da ALMG em vários momentos dessa Legislatura. Já em 1999 é instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades na venda de 32,9% das ações ordinárias da empresa para um grupo norte-americano. No ano seguinte, um projeto de emenda constitucional (PEC n. 45/2000) torna indisponíveis as ações ordinárias da Cemig pertencentes ao Estado. Em 2001, a ALMG organiza o Ciclo de Debates “Desverticalização da Cemig”. No último ano da legislatura, os deputados aprovam o projeto n. 2 329/2002, que autoriza “a utilização, para garantia de débitos de responsabilidade do Estado, da receita proveniente dos dividendos e juros a serem auferidos pelo Estado como acionista da Cemig”.

Grandes eventos públicos sediados na ALMG também fizeram parte da 14ª Legislatura. O mais notável de todos foi a CPI do narcotráfico, que teve como objetivo investigar o tráfico de drogas no estado de Minas Gerais, além do aumento da dependência de tóxicos entre os jovens e do aumento da criminalidade causada pelo consumo de drogas.

Não menos importantes foram as dezenas de eventos legislativos que ocorreram na ALMG durante a 14ª Legislatura. Entre eles, os seminários legislativos “Desemprego e Direito ao Trabalho”<sup>6</sup> e “Água de Minas II”<sup>7</sup>.

Mas as relações conflituosas entre o poder Legislativo e o Governador Itamar, a presença constante de um tema que mobilizasse sentimentos cívicos, a promoção de eventos com a participação da sociedade civil e os trabalhos de uma CPI que trata de uma temática de amplo interesse público não foram responsáveis por uma mudança no padrão da cobertura do *Estado de Minas* nos momentos em que estiveram em maior evidência durante a Legislatura.

<sup>6</sup> Realizado de agosto a novembro de 1999, envolvendo a participação de 350 entidades da sociedade civil, no interior e na capital do estado.

<sup>7</sup> Realizado de abril a julho de 2002, tendo como objetivo elaborar propostas para a gestão das águas, incluindo seus instrumentos legais.

Só para mencionar as atividades que são o foco de nosso estudo, a interlocução com a sociedade mineira (seminário legislativo, audiência pública, fórum técnico, atividades da comissão de participação popular e ciclo de debates) e a modernização de sua estrutura funcional (informatização, escola do legislativo, canal legislativo) somam juntas apenas 64 (3%) das 2 212 matérias da nossa amostra.

Um único evento foi capaz de tornar a ALMG alvo preferencial da cobertura e da atenção da opinião pública mineira: o “escândalo dos mega-salários”. Perto dele, todos os demais eventos associados à ALMG tornam-se invisíveis na cobertura jornalística do período.

O escândalo dos mega-salários inicia-se já como escândalo midiático (THOMPSON, 2002), pois é fruto de matéria investigativa publicada no dia 1 de agosto de 2001, no jornal *Estado de Minas*<sup>8</sup>. O título da matéria de capa, cobrindo toda a parte superior da página, não poderia ser mais explosivo: “Deputado de Minas ganha quase R\$ 60 mil por mês”. Durante 45 dias, a sociedade mineira foi “bombardeada” com matérias que, além de alimentar o escândalo, exploravam todos os aspectos negativos do comportamento dos deputados estaduais e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Foram 731 matérias (SOUSA, 2007), distribuídas entre o dia primeiro de agosto e 14 de setembro de 2001, que todos os dias lembravam o mineiro de que os deputados estaduais, além de receberem um altíssimo salário e acima do permitido por lei, eram adeptos de práticas clientelísticas, corruptos e que, como legisladores, faltavam com os seus compromissos.

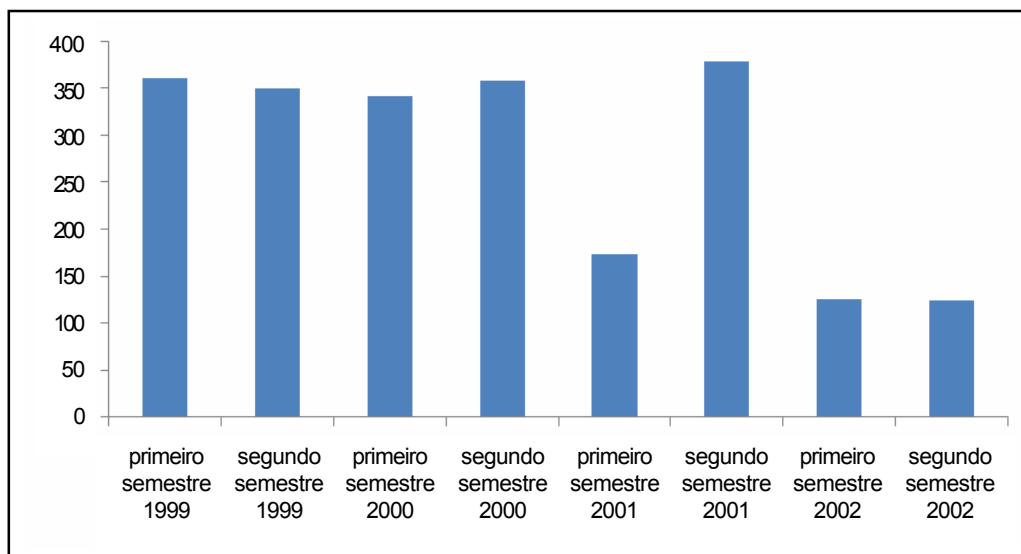
Isso revela o potencial contaminador do escândalo midiático: ele estimula a publicação de uma grande variedade de matérias que não estão diretamente associadas a ele, mas que estão em sintonia com “clima” do momento. Da mesma forma, o escândalo tem a propriedade de esticar-se no tempo, de ganhar “sobrevida”, e de ser lembrado e revivido de tempos em tempos. Ou seja, o efeito do escândalo sobre a cobertura da 14ª Legislatura foi bem além do fato que deu origem a ele, sendo um elemento central do contexto em que o *Estado de Minas* produziu notícias.

<sup>8</sup> Para um estudo detalhado sobre o escândalo dos mega-salários, ver de Sousa (2007).

A centralidade do escândalo dos mega-salários na cobertura da 14ª Legislatura pode ser verificada pela simples comparação entre o volu-

me da cobertura da ALMG no período do escândalo, o segundo semestre de 2001<sup>9</sup>, em relação a outros semestres da Legislatura.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE MATÉRIAS POR SEMESTRE



FONTE: Grupo de Pesquisa Mudança Institucional e Cultura Política (2010).

NOTA: Na época, a duração da sessão legislativa ordinária ia de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1 de agosto a 15 de dezembro. Na divisão da legislatura por semestres, não separei os períodos de recesso parlamentar. Os semestres foram assim estabelecidos: primeiro semestre de 1999, de 1.fev.1999 a 31.jul.1999; segundo semestre de 1999, 1.ago.1999 a 31.jan.1999; primeiro semestre 2000, 1.fev.2000 a 31.fev.2000; segundo semestre 2000, de 1.ago.2000 a 31.jan.2000; primeiro semestre 2001, de 1.fev.2001 a 31.jul.2001; segundo semestre 2001, de 1.ago.2000 a 31.jan.2001; primeiro semestre 2002, 1.fev.2002 a 31.jul.2002; segundo semestre 2002, de 1.ago.2002 a 31.jan.2003.

Percebe-se, aqui, um padrão: os dois primeiros anos têm uma cobertura bem mais volumosa que os dois últimos anos. Este padrão é revelador e vamos, adiante, apresentar uma análise mais detalhada dele. Mas, no momento, o que nos interessa é o fato de que o segundo semestre de 2001 foge desse padrão. Não apenas ele concentra, praticamente, a metade das matérias dos últimos dois anos da Legislatura, mas, mesmo na Legislatura como um todo, ele é o semestre que recebe mais atenção da mídia. Ou seja, o segundo semestre de 2001 atrai tanto a atenção da mídia que, mesmo situando-se num período em que a ALMG perde espaço no *Estado de Minas*, ele ainda é o semestre de maior visibilidade da instituição.

Além de explicar a concentração de matérias no segundo semestre de 2001, o escândalo dos mega-salários explica também por que, neste mesmo período, a ALMG é retratada de forma tão negativa pelo jornal. De tal forma que, se isolar-

mos o efeito desses dois meses de escândalo, temos uma cobertura equilibrada na 14ª Legislatura (Quadro 2).

Isso nos convida a seguir um caminho interessante de reflexão a respeito dos impactos da cobertura política sobre a opinião pública: haveria diferença no impacto das matérias negativas em função de sua distribuição, mais concentrada ou dispersa, no tempo? Trataremos, posteriormente, desta questão.

<sup>9</sup> Se considerarmos que o escândalo dos mega-salários tem várias fases (SOUZA, 2007), incluindo a fase de pré-escândalo e a fase “pós-escândalo”, ele cobre, praticamente, todo o segundo semestre de 2001.

QUADRO 2 – VALÊNCIA DA MATÉRIA EM RELAÇÃO À ALMG (COM E SEM ESCÂNDALO)

		N	%
<b>Incluindo o escândalo</b>	Negativa	485	21,9
	Positiva	275	12,4
	Neutra	1 452	65,6
	<b>Total</b>	<b>2 212</b>	<b>100,0</b>
<b>Excluindo o escândalo</b>	Negativa	329	16,1
	Positiva	274	13,4
	Neutra	1 437	70,4
	<b>Total</b>	<b>2 040</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Grupo de Pesquisa Mudança Institucional e Cultura Política (2010).

NOTA: O critério utilizado para definir a “valência” de uma matéria é a resposta, positiva ou negativa, à seguinte pergunta: a “ALMG gostaria de ver essa matéria publicada?” (ARNOLD, 2004). Importante observar que o termo “valência” tem, aqui, um sentido diferente de “matérias negativas” ou de “matérias com conteúdos negativos”, pois estas, conforme será detalhado posteriormente, referem-se à presença ou ausência de conteúdos específicos na matéria. Nesse sentido, a variável “matérias negativas”, diferentemente da valência, não está sujeita ao problema da subjetividade na coleta dos dados.

Outro aspecto que singulariza e confere maior visibilidade ao escândalo dos mega-salários na cobertura jornalística da 14ª legislatura é o destaque<sup>10</sup> das matérias publicadas sobre o escândalo. Percebe-se, com clareza, no Quadro 3, que há uma inversão de tendência, sendo que mais de dois terços das matérias que se referem ao escândalo têm destaque na cobertura, enquanto que apenas um pouco mais de um terço das matérias que não se referem ao escândalo tem destaque.

QUADRO 3 – DESTAQUE DA MATÉRIA QUANTO À REFERÊNCIA A ESCÂNDALO (%)

		Faz referência a algum escândalo	
		Sim	Não
<b>Destaque</b>	Sim	73,8	35,6
	Não	26,2	64,4
<b>Total</b>		<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Grupo de Pesquisa Mudança Institucional e Cultura Política (2010).

<sup>10</sup> Para analisar o destaque da matéria criamos um índice de centralidade a partir das seguintes variáveis binárias: 1)

Em resumo, ocupando boa parte do segundo semestre de 2001, o peso do escândalo dos mega-salários na cobertura da 14ª Legislatura não pode ser subestimado, pois ele foi, de longe, o evento que: 1) teve o maior volume de matérias e durou mais tempo na cobertura; 2) concentrou parte substantiva das matérias que veicularam uma imagem negativa dos deputados e da Assembléia; 3) criou um clima favorável à produção contínua de matérias negativas sobre a ALMG; 4) teve maior destaque, com número expressivo de matérias localizadas na primeira página do jornal, que ocuparam maior espaço e que tiveram a ALMG como o tema central.

Portanto, o escândalo dos mega-salários é um dos principais fatores que constituem o contexto da 14ª Legislatura e da sua cobertura jornalística. Se o escândalo fosse uma ocorrência convertida em evento público apenas por força da existência de suas condições objetivas, seria forçoso concluir que os meios de comunicação – neste caso, o *Estado de Minas* – não fizeram mais do que registrar o que se impõem como realidade. Nesse caso, o padrão da cobertura seria regido pela lógica da transparência e ditado por fatores exógenos, prevalecendo a dinâmica da própria vida política.

No entanto, quando se analisa a cobertura política é difícil delimitar a fronteira entre os componentes políticos e jornalísticos que constituem o contexto. Em relação a esse aspecto, o caso do escândalo dos mega-salários é bem ilustrativo, pois coloca em evidência o papel que os meios de comunicação desempenham, hoje, na emergência e desdobramento dos fenômenos políticos.

As ocorrências, no mundo político, que deram origem ao escândalo não se converteriam em evento público (MOLOTCH & LESTER, 1975) sem a participação decisiva da mídia. Na verdade, as condições objetivas e as informações necessárias para que os altos salários dos deputados assumissem a forma de um escândalo político já estavam dadas desde 1997. “Em 1997, o então vereador e ex-deputado estadual Antonio Pinheiro veio ao público denunciar que, apesar do vencimento ser baixo, o adicional “para o qual não ha-

se é matéria de primeira página; 2) se a ALMG é o tema central da matéria; 3) se a matéria ocupa mais de meia página. Como atribuímos um peso 2 à matéria de primeira página e peso 1 às duas outras variáveis, o índice varia entre zero e quatro.



via recibo é muito alto e levanta várias dúvidas” (*O Tempo*, 4.mar.1997). De acordo com o ex-deputado em 1994 seu salário era de R\$ 6.000,00, mas no final do mês a quantia depositada em sua conta era de R\$ 69.277,61. Mesmo após essa denúncia bombástica, passados alguns dias o assunto foi esquecido e o escândalo não se consumou (SOUZA, 2007, p. 30).

O mesmo aconteceu, em 1999, com a denúncia feita pelo Deputado petista Durval Ângelo. O deputado divulgou em seu jornal de gabinete “Presença”, no mês de junho de 1999, que, no mês de maio do mesmo ano, ele recebeu como salário a quantia de R\$ 41.595,11 (*O Tempo*, 20.jul.1999). Essa divulgação gerou grande alvoroço, o Deputado veio à TV para confirmar o que estava escrito em seu jornal de gabinete. Parecia inevitável a eclosão de um escândalo, mas mais uma vez passados alguns dias esse assunto foi sumindo dos jornais, das conversas e o escândalo não se concretizou” (*idem*, p. 32).

Mas, foi apenas em agosto de 2001, como resultado de uma matéria investigativa do jornalista Marcelo Freitas, que “ficou trabalhando nesta matéria durante um mês” (ARANHA, 2005), que as antigas denúncias transformam-se em escândalo.

Ou seja, sem a decisão do jornal *Estado de Minas* de investigar fatos já conhecidos, de publicar o resultado no espaço mais nobre da primeira página do jornal e passar “vinte e um dias dando manchetes em cima da Assembléia legislativa” (FREITAS, 2005), é bem provável que, até hoje, as “ocorrências” associadas aos salários dos deputados mineiros fossem reduzidas a rumores.

Difícil avaliar qual é a associação do escândalo com o encerramento do contrato, que durou quase dez anos de publicação no *Estado de Minas*, de um informe publicitário semanal da Assembléia. Seria o primeiro ato de independência de um jornal que buscava uma nova identidade editorial, abrindo mão de um cliente cujos recursos eram o suficiente para pagar toda “a editoria de política mensalmente” (ARANHA, 2005), ou, ao contrário, teria sido a ALMG que decidiu que já era hora de alterar suas estratégias de comunicação, deixando a direção do *Estado de Minas* em “pé de guerra” com a instituição?

As versões são conflitantes e as evidências disponíveis revelam apenas os pontos de vista dos atores envolvidos. Mas, independente das motivações e de quem partiu a iniciativa, o que nos

interessa aqui é que, em julho de 2001<sup>11</sup>, as condições estavam dadas para que o *Estado de Minas* lançasse uma “cruzada” contra os altos salários dos deputados estaduais de Minas Gerais. Antes disso, o contexto era fortemente desfavorável para que houvesse confronto entre o jornal e a ALMG.

É interessante observar a capacidade que eventos de natureza negativa, ao contrário daqueles de natureza positiva, despertam o interesse da população por política. Como poucos eventos políticos, o escândalo dos mega-salários gerou um ambiente de mobilização social, ao menos nas páginas do jornal *Estado de Minas*. O Quadro 4 é bastante persuasivo: as matérias cuja autoria é da sociedade<sup>12</sup> são mais negativas<sup>13</sup> do que aquelas cujos conteúdos foram produzidos pelo próprio corpo do jornal<sup>14</sup>.

QUADRO 4 – AUTORIA DAS MATÉRIAS COM CONTEÚDOS NEGATIVOS PARA ALMG (%)

		Autoria da matéria	
		Corpo do jornal	Sociedade
<b>Matérias negativas para a imagem da ALMG</b>	Sim	15,6	50,3
	Não	84,4	49,7
<b>Total</b>		<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Grupo de Pesquisa Mudança Institucional e Cultura Política (2010).

<sup>11</sup> O informe publicitário “Acontece na Assembléia” deixou de circular no *Estado de Minas* no final novembro de 2000. Não foi possível identificar, no entanto, qual das duas partes teve a iniciativa de desfazer o contrato.

<sup>12</sup> Consideramos como matérias da sociedade o artigo assinado, a carta do leitor e a entrevista, entendendo que nestas predominam as idéias do entrevistado.

<sup>13</sup> Consideramos matérias negativas aquelas que fazem referência a, ao menos, um desses conteúdos: escândalo dos mega-salários ou da “subvenção”, clientelismo, prática de corrupção no poder Legislativo, falta de compromisso dos deputados com suas obrigações e privilégio dos deputados da ALMG.

<sup>14</sup> No caso dos segundo semestre de 2001, essa tendência é ainda mais acentuada. Na regressão logística, identificamos que uma matéria negativa vinda da sociedade tem mais de seis vezes a probabilidade de ocorrer do que uma matéria negativa do corpo do jornal.

Mesmo considerando o filtro do jornal, escolhendo quais matérias de autoria da sociedade serão veiculadas, o importante aqui é que a sociedade demonstra interesse em pronunciar-se a respeito do poder Legislativo mineiro quanto se trata de um evento da natureza de um escândalo. As boas ocorrências não despertam o interesse, nem dos meios de comunicação, nem da sociedade. Possivelmente, trata-se de um círculo vicioso: como os meios de comunicação são moderados na produção de boas notícias, a sociedade não as reconhece e, como a mídia entende que a sociedade só interessa-se por política quando se trata de más notícias, o que acontece de positivo encontra obstáculos para captar a sua atenção.

Outro aspecto do contexto da cobertura da 14ª Legislatura é a mudança na linha editorial do *Estado de Minas*, dividindo a Legislatura em dois momentos distintos, coincidindo, em grande medida, como seus dois primeiros e dois últimos anos. Trata-se de uma mudança planejada que altera, de forma substantiva, o padrão de cobertura do jornal e seus critérios de “noticiabilidade”. Uma análise da cobertura da 14ª Legislatura que não considere as mudanças na linha editorial do *Estado de Minas*<sup>15</sup> é incapaz de compreender o novo padrão da cobertura que surge durante este período.

Essas mudanças são elementos constitutivos do contexto do jornalismo político no período que estamos analisando. Diferentemente do escândalo dos mega-salários, trata-se de um fator interno e promovido, exclusivamente, pelo jornal.

Qual seria a associação entre a mudança da linha editorial e o novo padrão da cobertura do jornal? Ao menos em relação à perda de espaço da ALMG no jornal, a associação é bastante direta. Isso porque o princípio organizador da mudança

editorial era de transformar o Estado de Minas num jornal de perfil nacional. “A terceira fase [...] é essa, quando troca a diretoria de redação. [...] O diretor de redação chega com uma idéia mais nacional, porque foi editor do diário [Popular] de São Paulo e antes de ser editor do diário de São Paulo, ele foi repórter e editor sempre para a mídia de São Paulo [...] Então ele veio com a idéia que foi a seguinte: o Estado de Minas deve ser o único jornal que o mineiro compra. Pra isso, pra ele eliminar a Folha, na idéia dele, ele tem que dar nacional, e depois ele dá o local [...].

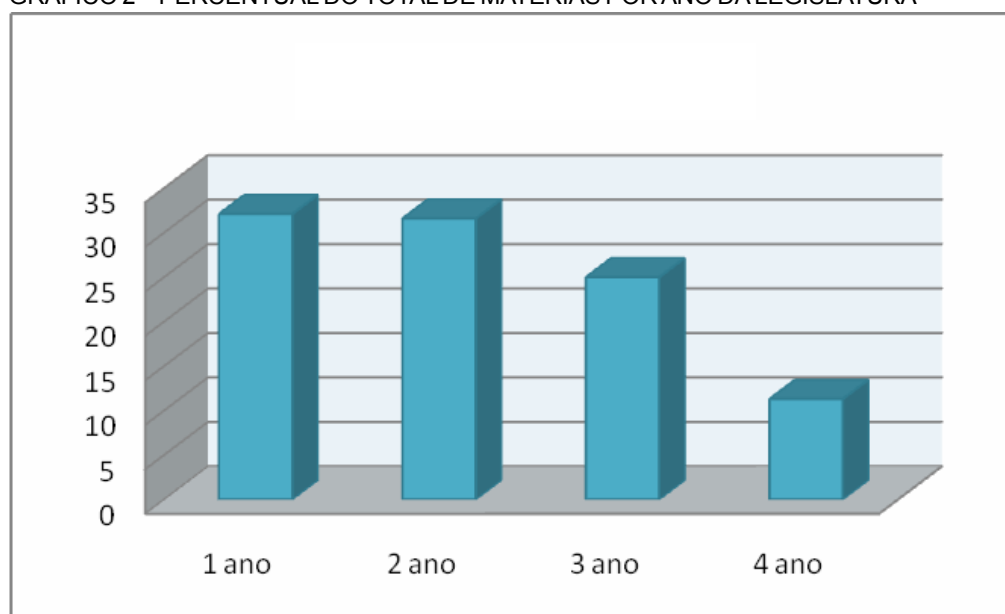
A coluna [antes da mudança na linha editorial] cobria a assembléia, bastidores de assembléia, bastidores do palácio da liberdade. Hoje ela cobre bastidores da câmara federal, bastidores do senado, bastidores do palácio do planalto e uma ou duas notas dos bastidores da política local” (ARANHIA, 2005).

Essa “terceira fase” ocorre a partir do ano 2000, quando Josemar Gimenez Resende passou a ocupar a direção de redação do jornal. Obviamente, esse tipo de mudança não ocorre com data marcada. Para testar tais mudanças, escolhemos analisar apenas o primeiro e o último ano da 14ª legislatura, tendo em vista que, em 1999, a antiga linha editorial ainda estava em vigência e, em 2002, a mudança já havia se consolidado. Outra vantagem desse procedimento é que isolamos o efeito do escândalo na cobertura, concentrando apenas nos efeitos específicos da mudança da linha editorial.

Quanto ao número de matérias, o percentual apresentado no Gráfico 2 deixa bem claro: há uma redução significativa no número de matérias no último ano da legislatura.

<sup>15</sup> Para uma análise detalhada da mudança de linha editorial do jornal *Estado de Minas*, ver Silveira (2008).

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DO TOTAL DE MATÉRIAS POR ANO DA LEGISLATURA



FONTE: Grupo de Pesquisa Mudança Institucional e Cultura Política (2010).

Além disso, no último ano da Legislatura, seguindo a nova orientação do jornal, os colunistas retiram a ênfase na cobertura da política regional, deslocando-a para a política nacional. Isso explica o declínio de matérias opinativas<sup>16</sup> sobre a ALMG (de 48,5% para 34,9%) e, conseqüentemente, o aumento do peso das matérias informativas (de 51,5% para 65%)<sup>17</sup> na cobertura do *Estado de Minas*. Também como conseqüência da mudança de foco do regional para o nacional, verifica-se, neste período, “uma diminuição das matérias sobre a ALMG nas páginas nobres (da primeira à quinta página)”, acompanhadas por um aumento de matérias na página 6 do jornal (SILVEIRA, 2008, p. 56).

Da nossa análise da cobertura realizada pelo *Estado de Minas* sobre a 14ª Legislatura da ALMG ficam três certezas: 1) um único evento (o escândalo dos mega-salários) dominou, pelo volume de matérias, por sua extensão no tempo e pelo efeito sobre a cobertura como um todo, a segunda metade da Legislatura; 2) a ALMG perde espaço no jornal a partir de 2001; 3) os eventos freqüentes,

associados a um projeto de quase duas décadas, visando a profissionalização, a modernização e a democratização da ALMG, raramente tornaram-se notícia nas páginas do jornal.

Pode-se, portanto, afirmar que o fluxo informacional gerado pelo *Estado de Minas*, na 14ª legislatura, não contribuiu para que as mudanças institucionais promovidas pela ALMG fossem acompanhadas de uma mudança positiva na sua imagem pública.

Não se trata aqui de atribuir responsabilidade. Não há dúvida de que o comportamento parlamentar contribuiu, de forma significativa, para que essas condições não fossem favoráveis. Mas, a esperada excepcionalidade da cobertura e do debate público que têm como foco o escândalo deixa ainda mais evidente o silêncio do jornalismo político e da opinião pública em relação a outras dimensões da vida do legislativo estadual.

Qual seria o motivo de não haver também um jornalismo político, mais substantivo e volumoso, com o objetivo de entender essas inovações? Por que tais mudanças não tiveram qualquer efeito perceptível nas atitudes da mídia em relação à ALMG?

Quando ao volume da cobertura, uma resposta fácil seria a de que eventos rotineiros, mesmo sendo de caráter inovador, não captam a atenção

<sup>16</sup> Consideramos como matérias opinativas as colunas assinadas, os editoriais, as entrevistas, as cartas dos leitores os artigos assinados, as notas em coluna e as charges.

<sup>17</sup> Consideramos como matérias informativas as reportagens e as chamadas de primeira página.

dos jornalistas. Em relação à qualidade da cobertura, no sentido de fornecer uma visão mais abrangente, tematizando e oferecendo quadros interpretativos para o projeto de inovação institucional, a resposta mais comum é a fragmentação da cobertura política. “Eu acho que talvez seja pelo fato da cobertura ser toda fragmentada. Então vai o repórter de polícia lá, ele vai atrás daquele pedacinho lá da Assembléia que está discutindo o projeto de Lei x que vai servir pra ele compor a matéria dele. Ai [vai] o repórter de esportes, por exemplo, ele não tem a visão do todo pra poder passar esta visão para as pessoas. Ele tem a visão daquele pedacinho ali da Assembléia que está discutindo um projeto de Lei x da área de esporte” (FREITAS, 2005).

Mas, o que parece ser decisivo é a predominância de uma cultura da desconfiança entre os atores situados no campo da mídia em relação à política. Como resultado disso, temos uma “pior informação sobre o bom desempenho” das instituições políticas. “Eu acho que é interessante notar que mesmo depois de terem sido quase destruídos no escândalo dos mega-salários, um imenso grupo lá da Assembléia não muda de postura. E não mudando de postura, só vai ser notícia na hora que eu pegar eles” (ALMEIDA, 2005).

Passamos agora a análise dos efeitos da cobertura. Teria, de fato, essa combinação de fatores – a ausência de matérias sobre temas favoráveis a ALMG, o escândalo dos mega-salários e o esvaziamento da cobertura política estadual do *Estado de Minas* – exercido impacto perceptível na opinião pública mineira a respeito da ALMG? Como veremos, as evidências são convincentes quanto à mudança da imagem pública da ALMG na 14ª Legislatura, mas insuficientes para determinar o grau de associação desta mudança em relação a cada um desses aspectos da cobertura jornalística.

#### V. CONTINUIDADE E MUDANÇA NA IMAGEM PÚBLICA DA ALMG

Tendo como pressuposto que as mudanças substantivas que ocorreram na ALMG, ao longo da década de 1990, não se auto-divulgam, a análise das mensagens sobre a Assembléia que são publicamente transmitidas é crucial para explicarmos as mudanças e continuidades na imagem que os mineiros têm da ALMG.

Até o momento, essa foi a principal tarefa deste artigo, além de fornecer um quadro explicativo para o padrão da cobertura da 14ª Legislatura da ALMG realizada pelo jornal *Estado de Minas*. Vamos, nesta seção, tratar dos possíveis efeitos da cobertura.

A hipótese de ser a corrupção percebida o fator determinante da confiança nos políticos tem sido testada e defendida em estudos como o de Pharr (2000) sobre o Japão. Como observam Power e Jamison, o autor afirma serem as “notícias de má conduta oficial” o “melhor preditor individual” de confiança em políticos e governo (POWER & JAMISON, 2005, p. 69). Podemos também considerar a hipótese, no sentido inverso, que as notícias (ou a ausência delas) de boa conduta oficial sejam um bom indício da confiança em políticos e governo. Assumindo a validade dessas duas hipóteses, nosso argumento, nessa última parte do trabalho, é que a cobertura da 14ª Legislatura da ALMG realizada pelo jornal *O Estado de Minas* teve impacto significativo sobre a imagem pública da ALMG.

Em nossa análise, esses dois fatores só têm validade explicativa se concebidos de forma articulada, pois a intensidade do efeito do escândalo é inversamente proporcional à presença da imagem inovadora da ALMG nas páginas do jornal. A “má notícia”, nesse caso, é prevalência, no jornalismo político, de uma atitude contrária a transformar em notícias as ocorrências associadas ao lado inovador da ALMG.

Não custa enfatizar que essa é a questão de fundo deste artigo: o princípio de seletividade na produção de notícias. Como resultado dele, temos um ambiente informacional que estimula a cobertura negativa, muitas vezes útil e mesmo necessária, do poder Legislativo estadual e que é pouco atento ao dinamismo e às inovações que dão o tom do projeto de desenvolvimento institucional da ALMG.

Uma avaliação mais cuidadosa dos efeitos da cobertura realizada pelo jornal *Estado de Minas* sobre a imagem pública da ALMG convida-nos a ir além da análise das matérias do próprio jornal. Em especial, devemos levar em consideração que, mesmo em “tempos normais”, prevalece uma visão negativa em relação ao conjunto das instituições políticas e dos políticos, que são percebidos pela opinião pública como um todo indiferenciado.

Uma mudança de imagem no sentido positivo dependeria, portanto, de uma cobertura com amplo destaque para as matérias que retratam a ALMG favoravelmente, atuando no sentido inverso da inércia das atitudes políticas da sociedade mineira. Mas, todo esforço empreendido pela ALMG, no sentido de reinventar-se, criando uma estrutura moderna e profissional e abrindo espaços para a interlocução e participação da sociedade no próprio processo decisório, não foi capaz, ao menos na 14ª Legislatura, de afetar positivamente a atitude

de geral do *Estado de Minas* a respeito da Assembléia.

Para avançarmos na análise desses efeitos combinados, apresentamos os dados de uma série de *surveys*, de 1993 a 2006<sup>18</sup>, a respeito da imagem pública da ALMG. Desde 1993, uma incômoda maioria expressa atitudes negativas em relação ao poder Legislativo estadual. Essa maioria – um número nunca inferior a 64% (Quadro 5) – confia pouco ou não confia na Assembléia Legislativa de Minas Gerais<sup>19</sup>.

QUADRO 5 – CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES POLÍTICAS (%)

	ALMG			Congresso Nacional		
	1993	2003	2006	1993	2003	2006
Confia sempre	13	10	6	10	8	4
Confia na maior parte do tempo	12	16	15	9	15	11
Confia pouco	26	37	34	25	35	32
Não confia nunca	38	31	38	47	36	47
NS / NR	11	6	6	10	6	6
N	1 153	5 000	6 300	1 153	5 000	6 300

FONTE: O autor, a partir de Vox Populi (2003).

Se incluirmos, na análise, a influência de fatores conjunturais, certas mudanças de opinião tornam-se mais compreensíveis. Assim, o declínio da confiança na Assembléia, em 2006, atingindo o nível mais baixo da série, ocorre num contexto de declínio generalizado da confiança nas instituições políticas brasileiras, gerada pela crise política ocorrida neste período.

Seguindo a nossa linha de argumentação, embora a opinião pública tenha uma visão mais favorável à ALMG do que em relação ao poder

Legislativo nacional, prevalece o mesmo padrão negativo. O mesmo “efeito de contaminação” ocorre quando a opinião pública estabelece uma identidade entre a ALMG como instituição e os deputados estaduais que exercem o seu mandato na Assembléia, o que impede a percepção da lógica dual em que opera a ALMG.

A visão homogênea do mundo da política é reforçada pelo fato de que, para a maioria dos mineiros, a ALMG (Quadro 6) situa-se num espaço distante do seu mundo cotidiano, sem despertar interesse por informação. Se não se informa, é mais provável que a imagem que esse indivíduo tenha do poder Legislativo estadual seja resultado de processos variados, passando pela recepção de informação “gratuita” e de maior destaque (ex.: a primeira página dos jornais ou as chamadas do

<sup>18</sup> Foram, aqui, considerados os dados de pesquisas de opinião pública contratadas pela ALMG e realizadas pelo Instituto Vox Populi nos anos de 1993 (N = 1 153), 1995 (N = 1 550), 2001 (N = 1 500), 2003 (N = 5 000) e 2006 (N = 6 300), representativos da população adulta do Estado de Minas Gerais. As datas da realização da pesquisa de campo são, respectivamente, as seguintes: 23.out. a 26.out. de 1993, 16.out. a 19.dez. de 1995, 9.out. a 11.out. de 2001, 23.jul. a 25.jul. de 2003 e 23.ago. a 31.ago. de 2006. Tais pesquisas trazem um amplo leque de questões sobre confiança em instituições, informação e conhecimento com relação a objetos políticos, bem como sobre opinião em relação ao desempenho dos mesmos. Sou grato à Luísa de Marilac Luna, Coordenadora de Cerimonial e Relações

Públicas da ALMG, por seu auxílio na localização e acesso aos relatórios desses *surveys*.

<sup>19</sup> Para uma análise detalhada desses dados, ver Fuks e Fialho (2009). A discussão sobre a imagem pública da ALMG aqui apresentada retoma os dados e a análise realizada nesse trabalho anterior.

noticiário da noite) e por certos “atalhos”, como, por exemplo, ao vincular a sua avaliação do

Legislativo estadual à imagem vaga que tem dos políticos e instituições políticas em geral<sup>20</sup>.

QUADRO 6 – INFORMAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES DAALMG (%)

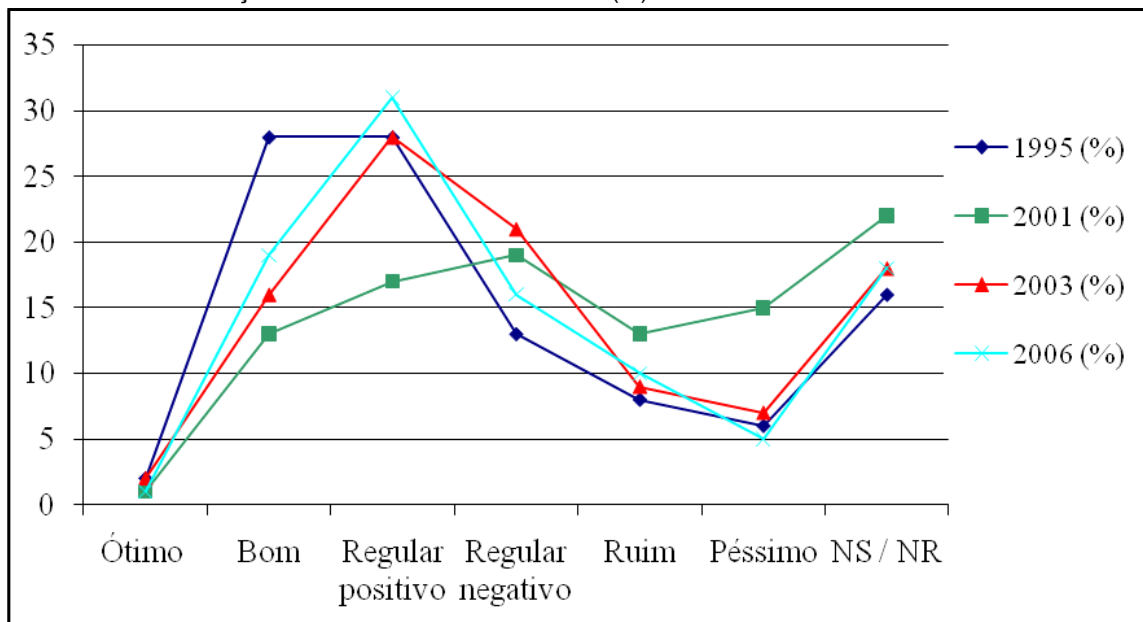
Em relação ao trabalho que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais vem realizando atualmente, você diria que...	1995	2001	2003	2006
Tem muita informação a respeito	4	6	3	5
Tem pouca informação	34	30	27	27
Não tem quase nenhuma informação a respeito	22	19	26	23
Não tem nenhuma informação a respeito	40	45	43	43
Não respondeu	0	0	0	1
N	1 550	1 500	5 000	6 300

FONTE: O autor, a partir de Vox Populi (2003).

A avaliação global dos entrevistados sobre o desempenho da ALMG na realização de suas funções e atividades é ainda mais reveladora para os propósitos do presente estudo, pois, nesse caso, dispomos dos dados referentes ao ano de 2001 (Gráfico 3). O ano de 2001 aparece como atípico nessa série temporal, pois acentua a avaliação negativa, expressa pelo aumento das avaliações

“ruim” e, sobretudo, “péssima”. Nota-se como a “curva de opinião” para o ano de 2001 apresenta formato diferente dos demais anos da série. Trata-se do único ano em que a avaliação do desempenho da ALMG como “bom” fica abaixo dos 15%, enquanto que o “ruim” e “péssimo” situam-se no nível mais alto da avaliação.

GRÁFICO 3 – AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAALMG (%)



FONTE: O autor, a partir de Vox Populi (2003).

<sup>20</sup> O efeito da contaminação ilustra uma das limitações da literatura que entende ser a heurística (LUPIA, 1994; POPKIN, 1994; KUKLINSKI & QUIRK, 2000; LUPIA, MACCUBBINS & POPKIN, 2000) um recurso capaz de tornar mais simples para o cidadão as tarefas políticas que é

chamado a desempenhar. No caso em questão, tomar o atalho que permite avaliar uma instituição política a partir do funcionamento de outra similar em relação a qual tem mais informação, pode conduzir a um julgamento equivocado.

O gráfico sugere o impacto desigual dos conteúdos da comunicação política. Enquanto esforços intensos, contínuos e diversificados empreendidos por parte da ALMG no sentido de veicular notícias positivas geram, quando muito, efeitos limitados, um único evento negativo tem efeito devastador sobre a imagem pública da instituição.

As limitações metodológicas da pesquisa de opinião recomendam o uso de evidências de natureza mais “objetiva”, como, por exemplo, a taxa de renovação parlamentar (Quadro 8). A renovação líquida de 2002 é a maior de toda a série temporal, desde 1986, e situa-se num patamar bem mais elevado que o das duas eleições mais próximas (1998 e 2006) e, no quadro comparativo, sendo inferior apenas a do Rio de Janeiro.

TABELA 7 – TAXA DE RENOVAÇÃO (LÍQUIDA) DA ALMG<sup>21</sup>

<b>Assembléias Legislativas</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
Minas Gerais	39,58	17,65	36,36	30,19	<b>42,86</b>	21,57
Paraná	35,00	35,48	35,00	17,78	38,64	30,23
Pernambuco	35,29	50,00	27,27	31,25	41,67	33,33
Rio Grande do Sul	50,00	10,53	33,33	30,23	21,43	30,77
Rio de Janeiro	61,70	32,14	46,94	34,15	46,15	32,00
São Paulo	44,83	34,62	36,73	38,24	31,88	32,35
Média Nacional	42,32	40,24	40,17	34,21	36,46	31,94

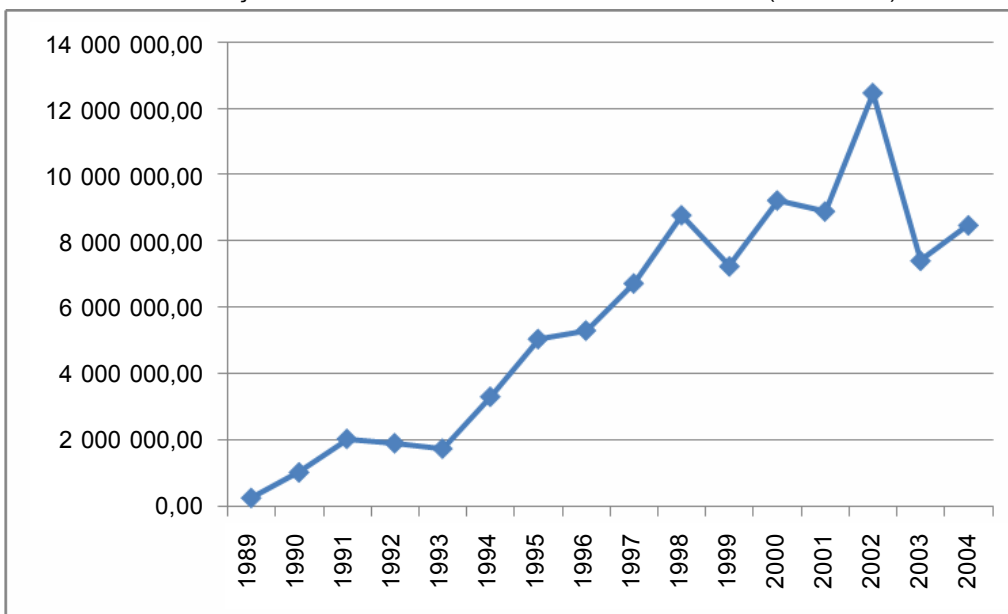
FONTE: Laboratório de Estudos Experimentais LEEX (2006).

Se as pesquisas de opinião pública captam de forma imprecisa as atitudes políticas, e se a taxa de renovação parlamentar pode estar associada a várias causas, sendo a reprovação do comportamento parlamentar apenas uma delas, os gastos com publicidade não deixa dúvidas a respeito do estrago causado pela cobertura da 14ª Legislatura sobre a imagem pública da ALMG, ao menos de acordo com a percepção da própria instituição.

Vejamos, então, a evolução desses gastos a partir de 1989 (Gráfico 4). O aumento acentuado e progressivo desses gastos, a partir do início da década de 1990, expressa o já referido esforço da ALMG para manter a sociedade mineira informada a respeito da “nova” Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Que outro motivo teria a ALMG para arcar com o alto custo de dar ampla publicidade às suas atividades se não fosse pela avaliação de que os meios de comunicação comerciais não cobrem a instituição de forma satisfatória, devido à pouca informação e ao tom negativo conferido à ALMG? É assim que pensava a primeira diretora da área de comunicação da ALMG: “O programa comercial [espaço comprado pela ALMG na televisão] foi um aliado enorme, porque a reação que a gente mais percebia era essa de “gente, olha só, eu não percebia que isso acontecia lá”. A imagem que a imprensa normalmente veicula é de que ninguém faz nada, plenário vazio, de vez em quando publicam aquela lista de projetos ridículos, e foi justamente essa decisão de mostrar o que era feito ali” (RUBIÃO, 2005).

<sup>21</sup> Agradeço a Leôncio Farias pela coleta e organização dos dados referentes à taxa de renovação parlamentar e aos gastos de publicidade da ALMG.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS EM PUBLICIDADE DA ALMG (1989-2004)<sup>22</sup>

FONTE: O autor a partir do *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*.

Nessa série histórica, o que rompe com a monotonia da contínua e gradual expansão dos gastos em publicidade é o salto que ocorre em 2002. Se, até então, a ALMG vinha, claramente, mostrando preocupação crescente com o controle da sua imagem pública, investindo em informes publicitários no jornal e na televisão e criando o primeiro canal legislativo do país, em 2002 a relação entre a ALMG e a mídia impressa assume a forma de uma “política de imagem” (GOMES, 2004), ou mesmo de uma guerra de imagem.

O escândalo dos mega-salários obrigou a ALMG a mudar suas estratégias de comunicação, adotando um modelo publicitário. Não por acaso, em 2001 a ALMG, pela primeira vez, lança edital para a contratação de duas agências de publicidade, com o objetivo de gerenciar a sua imagem pública. O Edital ressalta, de um lado, as realizações do setor de comunicação da ALMG ao longo

de dez anos – “primeiro programa de televisão, primeira revista, primeiro sistema de informações *online*, primeira *homepage*, primeira TV legislativa” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2001, p. 3) – e, de outro, a necessidade de se buscar novos caminhos para a divulgação de sua imagem pública. Pois, “[...] a Assembléia nunca conseguiu com eficiência emplacar um conceito forte perante a sociedade. A idéia que se tem da Casa – a julgar pela análise que dela fazem os licitantes em suas análises neste processo – é que seus propósitos, embora fortes e elogiáveis, não são percebidos pela sociedade” (*idem*, p. 3).

No resumo do Edital de Licitação, é expresso o objetivo de mudar esse cenário adverso, por meio da disseminação junto à população da “idéia de uma Assembléia trabalhadora e eficiente em suas ações” e “aberta à participação do cidadão e capaz de responder com agilidade às demandas e pressões populares”.

Todas as evidências apresentadas aqui apontam numa mesma direção. No balanço da 14ª Legislatura, há um claro crescimento de atitudes políticas negativas dos mineiros em relação à ALMG. Seguindo a tese dos efeitos combinados, esse quadro resulta não apenas do óbvio efeito do escândalo dos mega-salários. Ele é/foi mais acen-tuado devido à ausência, na cobertura, de ocorrências capazes de amortecer tal impacto sobre a imagem pública da ALMG e, ao mesmo tempo,

<sup>22</sup> Os valores estão atualizados em Real, utilizando fatores de atualização monetária baseados na evolução das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional), BTNs (Bônus do Tesouro Nacional), TRs (Taxa Referencial), IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor do Real) e INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), como utilizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O trabalho de coleta e organização dos dados referente aos gastos em publicidade da ALMG foi realizado por Leôncio Caetano de Farias.



ilustrar como o poder Legislativo mineiro é um componente da realidade política estadual que não se confunde com o comportamento dos ocupantes dos cargos políticos da instituição.

#### V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações implementadas pelo poder Legislativo mineiro teriam conferido maior destaque à ALMG, tornado-a objeto da atenção dos meios de comunicação e, portanto, do público mineiro? Seria de esperar-se que a consolidação de um amplo projeto de inovação institucional, pleno de marcos históricos (primeiro canal legislativo, primeira escola do Legislativo), eventos institucionais (centenas de seminários legislativos, fóruns técnicos, audiências públicas) e ações incisivas de modernização e profissionalização (corpo técnico concursado, assessoria qualificada no trabalho das comissões) contribuiria para a criação de um contexto favorável à veiculação de uma imagem pública positiva da ALMG.

Diversos fatores adversos parecem contribuir para que, na 14ª Legislatura, isso não tenha ocorrido: 1) a lógica dual da ALMG, ativa e inovadora em seu modelo institucional, mas mantendo os vícios tradicionais do padrão brasileiro de comportamento parlamentar; 2) o desenvolvimento institucional e a democratização da ALMG, por fazerem parte da rotina da instituição, não geram eventos noticiáveis; 3) a prevalência de atitudes negativas dos profissionais da mídia e do grande público mineiro em relação aos atores e instituições políticas como um todo indiferenciado, impedindo, inclusivamente, uma visão da Assembléia como uma arena distinta da soma dos deputados estaduais; 4) a diminuição da presença da ALMG na cobertura política, com a mudança, a partir do ano 2000, na linha editorial do *Estado de Minas*, fortalecendo, ainda mais, os efeitos de contaminação.

Como principal elemento do ambiente informacional a respeito da ALMG<sup>23</sup>, não podemos subestimar os efeitos da cobertura da mídia impressa na imagem pública da ALMG. A cobertura do escândalo dos mega-salários, com certe-

za, deu ampla publicidade ao comportamento dos parlamentares e exerceu um papel importante no controle sobre nossos representantes. Mas, a participação do jornal *Estado de Minas* foi bem além de servir como canal de ampliação de um escândalo originado no campo político ou na sociedade. Este foi um “tipo articulado de espetáculo político”<sup>24</sup>, cuja origem deve-se à combinação da ação no campo da política e da mídia.

Já a decisão editorial, a partir do ano 2000, de fazer do *Estado de Minas* um jornal de perfil nacional, fez que a cobertura regional do jornal *Estado de Minas* perdesse espaço no jornal. O declínio da informação sobre a política local e estadual só favorece, na opinião pública, o “efeito de contaminação”: deputados federais, deputados estaduais, Assembléia Legislativa de Minas Gerais e o Congresso Nacional são percebidos como um único objeto difuso: a política brasileira.

Mas, a “má notícia” para a ALMG em termos da produção de notícia não são os eventos como os escândalo dos mega-salários ou as mudanças editoriais do *Estado de Minas*, pois aqueles têm sua origem no comportamento parlamentar enquanto que estas não têm como objetivo causar impacto negativo sobre a imagem pública da Assembléia. A má notícia é que, a julgar pela cobertura da 14ª Legislatura, não há indícios, tanto no jornal como na sociedade mineira, de uma mudança perceptível de atitude, no sentido do reconhecimento de um projeto contínuo e de grande envergadura de mudança institucional, que tem, entre outros objetivos, tornar-se um espaço aberto à participação da sociedade civil mineira e aperfeiçoar sua organização interna.

Retomando observações do início do texto, o caso mineiro parece indicar um padrão nacional: os meios de comunicação vêm, ao mesmo tempo, aperfeiçoando-se na promoção de um ambiente informacional favorável ao controle dos representados sobre os representantes e e deteriorando-se, no sentido de uma “pior informação sobre o bom desempenho” das instituições políticas.

<sup>23</sup> Nesse caso, ao contrário da cobertura e propaganda eleitoral e da política nacional, o noticiário da mídia eletrônica é menos relevante, pois o poder Legislativo estadual tem espaço restrito nesses canais.

<sup>24</sup> De acordo com Rubin (2004, p. 197), esse seria um dos tipos de espetáculo político elaborados por Maria Helena Weber para dar conta da interação entre os campos político e midiático na produção de notícias.

Considerando a cobertura da 14ª Legislatura, com a progressiva perda de espaço e a prevalência de matérias que retratam negativamente a arena legislativa, uma mudança positiva da imagem pública da ALMG dependeria, exclusivamente, das próprias estratégias de comunicação da Assembléia. Mas, a evolução temporal da imagem pública da ALMG captada nas pesquisas de opinião indica que essas estratégias não apresentaram os resultados esperados.

Apesar dessas más notícias para a ALMG, advindas do campo de batalha da política de imagem, a análise de experiências históricas<sup>25</sup>

<sup>25</sup> A respeito do processo complexo e de longa duração envolvido na formação das atitudes em relação aos objetos da política, ver a análise de Almond e Verba (1963).

de construção e mudanças substantivas e permanentes da imagem pública das instituições políticas permitem-nos relativizar o impacto da veiculação de mensagem de natureza jornalística ou publicitárias. Sendo um processo de longa duração, o caminho talvez esteja em curso, de forma lenta e silenciosa, com a progressiva ampliação do contato que segmentos da sociedade mineira têm tido com a Assembléia como participantes de eventos legislativos (seminários legislativos, fóruns técnicos, audiências públicas etc.) e outras atividades. Esse é um poderoso antídoto contra os fatores que atuam negativamente sobre imagem da ALMG. Desses fatores, o mais difícil de combater é o “fogo amigo”: o próprio comportamento parlamentar.

Mário Fuks (mariofuks@uol.com.br) é Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário do Rio de Janeiro (Iuperj) e Professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, B.** 2005. Entrevista concedida ao autor por Baptista Almeida, Editor-Chefe de Política do jornal *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12.set.
- ALMOND, G. & VERBA, S.** 1963. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University.
- \_\_\_\_\_. (eds.). 1989. *The Civic Culture Revisited*. London: Sage.
- ANASTASIA, F.** 2001. Transformando o Legislativo: a experiência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, F. (org.). *O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- ARANHA, P.** 2005. Entrevista concedida ao autor por Patrícia Aranha, jornalista da editoria de política do jornal *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5.ago.
- ARNOLD, D.** 2004. *Congress, the Press, and Political Accountability*. New Jersey: Princeton University.
- ASSIS, L. F.** 1997. Educando para a cidadania: a experiência da Escola do Legislativo. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 59, p. 367-385. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a07.pdf>. Acesso em: 19.maio.2010.
- CAMARGOS, M. & OLIVEIRA, L. A.** 2003. A imprensa mineira e a disputa eleitoral: análise da cobertura dos jornais *Estado de Minas* e *O Tempo* em relação à corrida eleitoral pela prefeitura de Belo Horizonte. In: CARVALHO, R. A. (org.). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas: Pontes.
- CARVALHO, R. V. A.** (org.). 2003. *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas: Pontes.
- DOWNS, A.** (org.). 1999. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: USP.
- FRANÇA, V. V.** 1998. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: UFMG.
- FREITAS, M.** 2005. Entrevista concedida ao autor por Marcelo Freitas, jornalista da editoria de política do jornal *Estado de Minas*, Belo

Horizonte, 7.ago.

- FUKS, M. & FIALHO, F.** 2009. Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006). *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, p. 82-106.
- GOMES, W.** 2004. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.
- GRUPO DE PESQUISA MUDANÇA INSTITUCIONAL E CULTURA POLÍTICA.** 2010. *Mudança institucional e cultura política: uma análise da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1991-2006)*. Relatório parcial de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG
- IYENGAR, S.** 1994. *Is Anyone Responsible: How Television Frames Political Issues*. Chicago: University of Chicago.
- KUKLINSKI, J. & QUIRK, P.** 2000. Reconsidering the Rational Public: Cognition, Heuristics, and Mass Opinion. In: LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. & POPKIN, S. (eds.). *Elements of Reason: Cognition, Choice, and the Bounds of Rationality*. Cambridge: Cambridge University.
- LEEX.** 2006. *Taxas de renovação na composição da representação legislativa (valores não ponderados)*. Assembléias legislativas –1986-2006. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos Experimentais. Disponível em: <http://www.candidomendes.br/leex/indice.htm>. Acesso em: 10.jan.2009.
- LUPIA, A.** 1994. Shortcuts Versus Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections. *The American Political Science Review*, Washington, D. C., v. 88, n. 1, p. 63-76, Mar.
- LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. & POPKIN, S.** 2000. The Institutional Foundations of Political Competence: How Citizens Learn What They Need to Know. In: LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. & POPKIN, S. (eds.). *Elements of Reason: Cognition, Choice, and the Bounds of Rationality*. Cambridge: Cambridge University.
- MOLOTCH, H. & LESTER, M.** 1975. Accidental News: The Great Oil Spill as Local Occurrence and National Event. *American Journal of Sociology*, v. 81, n. 2, p. 235-260.
- NORRIS, P.** (ed.). 1999. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Cambridge: Oxford University.
- \_\_\_\_\_. 2000a. The Impact of Television on Civic Malaise. In: SUSAN, J.; PHARR, S. J. & PUTNAM, R. D. (eds.). *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University.
- \_\_\_\_\_. 2000b. *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge: Cambridge University.
- PHARR, S. J.** 2000. Official's Misconduct and Public Distrust: Japan and the Trilateral Democracies. In: PHARR, S. J. & PUTNAM, R. D. (eds.). *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University.
- POPKIN, S.** 1994. *The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns*. Chicago: University of Chicago.
- POWER, T. & JAMISON, G.** 2005. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93.
- PUTNAM, R. D.** 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- PUTNAM, R. D.; PHARR, S. J. & DALTON, R.** 2000. Introduction: What's Troubling the Trilateral Democracies? In: PHARR, S. J. & PUTNAM, R. D. (eds.). *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University.
- RUBIÃO, S.** 2005. Entrevista concedida ao autor por Silva Rubião, ex-Diretora da Área de Comunicação da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, 5.ago.
- SCHOENFELD, A.; MEIER, R. F. & GRIFFIN, R. J.** 1979. Constructing a Social Problem: the Press and the Environment. *Social Problems*, Oakland, v. 27, n. 1, p. 38-61, Oct.
- SILVEIRA, R. Q.** 2008. *Linha editorial e poder Legislativo: o jornal Estado de Minas e a Assembléia Legislativa de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Monografia (Graduação em Ciências

Sociais). Universidade Federal de Minas Gerais.

**SOUSA, D. B.** 2007. *Mega-salários: o escândalo midiático em um contexto de mudança institucional na Assembléia Legislativa de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Minas Gerais.

**SUSAN, J.; PHARR, S. J. & PUTNAM, R. D.** (eds.). 2000. *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University.

**THOMPSON, J. B.** 2002. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes.

**VOX POPULI.** 2003. *Pesquisa sobre avaliação da Assembléia Legislativa de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Instituto Vox Populi.

#### OUTRAS FONTES

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS.** 1999. *Desenvolvimento Institucional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – 1988 a 1998*. Relatório Institucional. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. 2001. *Processo Licitatório n. 72/2001*. Edital de Concorrência n. 003/2001. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. 2002. *Estrutura organizacional e visão institucional da ALMG*. Relatório Institucional. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. 2006. *Processo Licitatório n. 56/2006*. Edital de Concorrência n. 004/2006. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

BAD NEWS: *ESTADO DE MINAS* NEWSPAPER COVERAGE AND PUBLIC IMAGE OF THE MINAS GERAIS STATE LEGISLATURE (1999-2003)

*Mário Fuks*

This article examines the newspaper *Estado de Minas*' coverage of the Minas Gerais Legislature. The following question provides the basis for the text's organization: could the consolidation of a wide project of institutional innovation geared toward democratization and modernization have contributed to the creation of a favorable context for development of a positive public image for the Minas Gerais' State Legislature (ALMG)? We argue that several adverse factors blocked the creation, in the 14<sup>th</sup> Legislature, of such a context, among which we have identified: 1) the dual ALMG logic, active and innovative in its institutional model but preserving the traditional vices of Brazilian patterns of parliamentary behavior; 2) ALMG institutional development, which insofar as it partook of institutional routine, did not generate newsworthy events; 3) the prevalence of negative attitudes on the part of media professionals and a large portion of the Minas public regarding actors and political institutions, seen as an undifferentiated mass, which in turn made it hard to see the Legislature as something different from the sum total of state representatives; 4) diminished ALMG presence in political coverage, with the shift which began in the year 2000 in the *Estado de Minas* editorial line. We conclude that communications media have, at the same time, been perfecting themselves in promoting an information environment favorable to constituency's control over representatives and deteriorating, in the sense of "worse information on the good performance" of political institutions.

KEYWORDS: Political communication; public image; institutional innovation.

MAUVAISES NOUVELLES: LA COUVERTURE DU QUOTIDIEN *ESTADO DE MINAS* ET L'IMAGE PUBLIQUE DE L'ASSEMBLÉE LÉGISLATIVE DE MINAS GERAIS (1999-2003)

*Mário Fuks*

L'article examine la couverture du quotidien *Estado de Minas* sur l'Assemblée Législative de Minas Gerais (ALMG). La question suivante organise le texte: aurait la consolidation d'un vaste projet d'innovation institutionnelle, visant la démocratisation et la modernisation, contribué à la création d'un contexte propice au service d'une image publique positive de l'ALMG ? Nous argumentons que plusieurs facteurs ont empêché la création, dans la 14<sup>è</sup> Législature, de ce contexte, dont nous mettons certains en évidence: 1) la double logique de l'ALMG, active et innovatrice dans son modèle institutionnel, mais qui au même temps, maintient les vices traditionnels du modèle brésilien de comportement parlementaire ; 2) le développement institutionnel de l'ALMG, faisant partie de la routine de l'institution, n'a pas généré des événements dignes d'intérêt ; 3) la supériorité des attitudes négatives des professionnels des médias et du grand public de Minas Gerais, par rapport aux acteurs et institutions politiques comme une totalité indifférenciée, empêchant une vision de l'Assemblée autant qu'une arène distinguée de la somme des députés des états brésiliens ; 4) la diminution de la présence de l'ALMG dans la couverture politique, avec le changement, à partir de l'année 2000, dans la ligne éditoriale de l'*Estado de Minas*. On conclut que les moyens de communication se sont améliorés dans la promotion d'un environnement d'information favorable au contrôle des représentés sur les représentants et aussi, se sont empirés dans le sens d'une « information pire sur la bonne performance » des institutions politiques.

MOTS-CLES : communication politique, image publique, innovation institutionnelle.

\* \* \*